



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL  
GABINETE DO MINISTRO  
CORREGEDORIA

COMITÊ TÉCNICO DE CORREIÇÃO  
PORTARIA Nº 951 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

***ATA DE INSTAURAÇÃO DO COMITÊ  
TÉCNICO DE CORREIÇÃO – CT/MTPA***

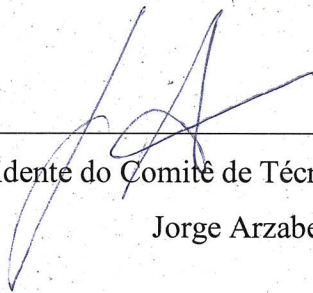
Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quinze horas e dezesseis minutos, na sala de reuniões, localizada no quinto andar do Edifício Sede do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com a presença de Jorge Arzabe, Corregedor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Kênia Cristina de Sousa Penha, Coordenadora da Corregedoria do MTPA (CORREG), Nicolau de Medeiros Faustino, Corregedor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Thiago Freitas Amorim, Corregedor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Gidalti Inácio da Silva, Corregedor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Vlândia Pompeu Silva, Corregedora da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ronan Afonso da Silva, Corregedor da Agência Nacional e Transportes Terrestres (ANTT), Sérgio Duarte Palmeira Rosa, Corregedor Substituto da ANTT, Silvia Schmitt, Chefe da Assessoria de Controle da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Ana Maria Campedelle, Assessora da Presidência da VALEC, respectivamente presidente e membros do Comitê Técnico de Correição designado pela Portaria nº 951, de 21/11/2017, do Gabinete do Ministro do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação. Inicia-se a reunião sob a presidência do Corregedor do MTPA, Dr. Jorge Arzabe, falando sobre a publicação da Portaria nº 951 e a importância do Comitê Técnico de Correição. Em seguida é aberta a oportunidade a cada membro para se apresentar. Após as apresentações são levantados os pontos mais importantes a serem debatidos sobre os pensamentos do que pode ser feito dentro do comitê. O Presidente inicia falando sobre a necessidade de um Projeto de Prevenção, e atrativos para os servidores participarem das comissões. O Sr. Nicolau (ANTAQ) fala da necessidade do espaço no comitê para colocar a realidade do seu órgão e suas necessidades, aproveitando a contribuição dos colegas que já passaram por problemas semelhantes para avançarem juntos, também a necessidade de incentivar e atrair bons servidores para comporem comissão de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica (PAR), e incentivá-los apesar das limitações legais. Seguiu falando sobre Gestão de Conflitos, assunto discutido na Corregedoria da ANTAQ, e a necessidade de agregar os conhecimentos a outros órgãos também. A Sra. Silvia fala sobre a importância do curso CGU PAR realizado na CGU, sobre as jurisprudências relativas à prescrição e sugere uma consulta formal à CGU para uniformizar o procedimento. Que precisa haver revisão das normas disciplinares e ter normas legais mais rápidas. Salaria que é preciso trabalhar a questão de comunicação no Programa de Integridade relacionado à Corregedoria, Ouvidoria e Comissão de Ética, focados na lei anticorrupção, trabalhando uma cultura nova de ética de prevenção, fazendo um trabalho de sensibilização e divulgação nas empresas, junto aos funcionários, para que estes conheçam o código de ética. A Sra. Ana Maria segue dizendo sobre a realidade da VALEC e que os funcionários sabem muito seus direitos e pouco sobre seus deveres, por isso é necessário uma capacitação e divulgação melhor sobre o código de ética. Diferencia os tempos processuais da Lei



nº 8.112 e da CLT, observando que a última prevê o princípio da imediatidade, com prazos curtos que exigem julgamento rápido. Existem muitas comissões abertas por motivos desnecessários, precisa haver revisão dos normativos. Muitos se candidatam a presidente de comissão visando normas de progressão, o que é comum nos órgãos, salientando a importância de se fazer um estudo sobre isso, e a Sra. Vlândia (ANAC) relata sobre os PADs instaurados que pontuam os servidores para motivá-los a participar de PAD. Sr. Thiago relata as dificuldades de conciliar o direito Administrativo com o direito Celetista, porque hoje o regulamento é inspirado na Lei 8.112, precisando ser revisto e adequado aos servidores celetistas, levando em consideração a justiça do trabalho. Fala sobre a investigação, o trabalho correcional antes do PAD, diz que a INFRAERO necessita de apoio e subsídio às pessoas que fazem a investigação, para terem mais recursos para captar os dados. Diz em seguida sobre a necessidade de subsidiar as equipes da corregedoria para pensarem os pontos de contato com a Ouvidoria e Auditoria interna. Necessidade de alteração das normas para aprimoramento do entendimento sobre a prescrição. Sugere treinamento e troca de informações. Dr. Jorge fala de se fazer um fórum de gestão de conhecimento e criação de GTs, para aperfeiçoar a comunicação do grupo. O Sr. Ronan diz que trabalha com três coordenações, sendo elas, Coordenação de Processos Investigativos e Sindicâncias, Coordenação de Investigação Preliminar e Coordenação de Prevenção e Correição. Possuem dificuldade de compor comissões de PAD e principalmente de PAR. Possuem nove regionais no país de onde vem a maior demanda. Os servidores que trabalham na ponta são muito denunciados e nem sempre estão errados, a Corregedoria vai ouvi-los, então é dada a oportunidade aos servidores e gestores de se manifestarem e eles se sentem valorizados. Em seguida fala da ação nos municípios do RJ, onde a partir de conversas, tiraram dúvidas, orientando os servidores, coordenadores e diretores, nesse papel a Corregedoria entra como mediadora e colaboradora, sendo esse, ainda, um trabalho piloto. Fala também sobre a necessidade de posicionamento dos gestores, pois muitos casos que chegam à corregedoria deveriam ser resolvidos pelo gestor do setor. Sobre o Comitê Técnico de Correição precisamos unir esforços para servir mais, vê que há riscos de não realizar tudo que for proposto, então sugere não propor coisas fora da realidade. O Sr. Sérgio relata que é preciso mostrar que situações podem ser resolvidas com diálogos. Alguns casos a chefia não quer assumir sua responsabilidade e passa para a corregedoria problemas que ele tem que resolver, por isso é preciso levar as responsabilidades aos gestores, para diminuir o número de casos de PAD que podem ser resolvidos apenas na liderança. A Corregedoria tem a imagem que ser carrasco, então é importante procurar mudar a imagem da corregedoria, como ajudadora. O Sr. Ronan acrescenta que fazem reuniões nas regionais com coordenadores e servidores que fizeram o curso de gestão da Corregedoria, colhem opiniões e levam esclarecimentos. O Sr. Gidalti inicia dizendo que tem dificuldade de atrair servidores para as comissões de PAD e diz que o PAR não é feito pela corregedoria. Salienta a necessidade de atualização nas normas que estão defasadas. Possuem uma portaria que disciplina as atividades da Corregedoria que precisa de atualização. Programa de integridade está avançando no DNIT, e as tarefas estão bem definidas, da Corregedoria, Ouvidoria e Comissão de Ética e com o programa de integridade estão conseguindo colocar o papel de cada um de forma clara. Nesse momento chega à reunião o Sr. Augusto César, Assessor de Controle Interno do MTPA. O Sr. Gidalti segue falando que a Corregedoria é vista como a solução de todos os problemas de gestão e tentam trabalhar na prevenção desses problemas, conseguiram desmistificar o papel da corregedoria que era vista como vilã, mas foi divulgada a importância da Corregedoria nos órgãos. Possui dificuldades para deslocamentos, e não consegue estar presente nas unidades o que dificulta a interação com gestores da casa, para fazerem programa de prevenção. Fala da dificuldade de controlar os horários dos servidores com o ponto eletrônico, que acabam burlando a lei acarretando muito trabalho à Corregedoria, por isso estão investindo na prevenção. A Sra. Vlândia fala da necessidade desse projeto do Comitê para a interação e ajuda mútua. A ANAC trata hoje do conflito com o Comitê de Gestão de conflito que tem ajudado a Corregedoria, pois tratam pequenos conflitos que não precisam ir para a Corregedoria. Possuem um normativo que facilita muito o trabalho. Fala da importância do Comitê eleger prioridades e



decidir o que é essencial para o momento. O Presidente fala de sete tópicos relevantes que são a questão das normas, revisão da lei 8.112, a prescrição, comunicação, programas de integridade, discussão de temas, prevenção e pergunta qual o papel da corregedoria nos programas de integridade? Passa a palavra então para o Sr. Augusto Cesar que diz que esse movimento da instituição, esse apoio é excelente e precisa ser abraçado. Que é importante comungar as experiências e ver o que pode ser agregado para cada um. O objetivo é que haja comunicação entre instâncias corregedoria, ouvidoria e comissão de ética. É alinhar conhecimento, trocar informação para melhorar a forma de atuar para melhoria da instituição. A prevenção é muito importante, e a unidade do trabalho é para troca de experiências. Quanto mais afastados da gestão a Corregedoria estiver, mais difícil será ajudá-los. É preciso ajudar as empresas estatais e trazer formação para formar corregedorias nesses locais. Sugere um WhatsApp da CTC para troca de informações. Diz que é essencial a associação entre corregedoria, ouvidoria e comissão de ética, não podemos ser instancias isoladas. Após sua palavra o Sr. Augusto César se retira da reunião e a palavra volta ao presidente que fala sobre o papel e riscos da Corregedoria. O distanciamento do fato leva a impossibilidade da prova e isso é um risco. A questão do distanciamento temporal atrapalha a defesa do servidor e do recolhimento de provas. Diz que é importante ver o papel da corregedoria, os riscos do trabalho e a prevenção com o veículo de comunicação com o servidor. O presidente então fala sobre quatro tópicos relevantes para serem tratados no Comitê que são Prevenção – Comunicação – Integridade – Normas/Gestão de Conflitos. Aperfeiçoamento da comunicação com gestor e com a Rede de Integridade, e buscas de atração do servidor. Em seguida pede indicação para a Vice Presidência do comitê e é indicada a Sra. Silvia que aceita o cargo. É decidido ainda a criação do WhatsApp e e-mail para facilitar a comunicação do comitê. Decidem ainda que tenham reuniões mensais, sendo a próxima no dia dezoito de dezembro pela tarde às quinze horas. Não tendo mais nada a ser tratado, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos.



---

Presidente do Comitê de Técnico de Correição

Jorge Arzabe